

Introdução

As desigualdades raciais são importantes vetores de análise das formas de reprodução estrutural das desigualdades sociais no Brasil, ao revelarem no tempo e no espaço a maior vulnerabilidade socioeconômica das populações de cor ou raça preta, parda e indígena. Estudos realizados pelo IBGE, como primeira edição deste *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil* (2019) e a *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (2021), têm mostrado acesso desigual de distintos grupos populacionais a bens e serviços básicos necessários ao bem-estar, muitos deles assegurados como direitos pela Constituição Federal do Brasil, de 1988, e por diversas leis, como o acesso à saúde, educação, moradia, trabalho, renda etc.

Mesmo com a implementação de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família e, mais recentemente, dos programas emergenciais adotados em 2020, como o Auxílio Emergencial, bem como das políticas públicas voltadas à ampliação do acesso desta população aos bens e serviços acima referidos, os maiores impactos sobre a população preta ou parda, por exemplo, não foram capazes de reverter as históricas desigualdades que mantém sua situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. De fato, como será analisado, apesar da população preta e parda representar 9,1% e 47,0%, respectivamente, da população brasileira em 2021, sua participação entre os indicadores que refletem melhores níveis de condições de vida está aquém dessa proporção.

A presente edição desse estudo apresenta uma análise centrada nas desigualdades sociais por cor ou raça, o que será feita a partir da construção de um quadro composto por temas essenciais para o estudo das condições de vida da população brasileira, como trabalho e distribuição de renda, patrimônio, condições de moradia e educação. Serão analisados, da mesma forma, indicadores relativos à violência, à representação política e ao ambiente político no nível do Município. Todos esses temas estão contemplados no programa de atividades para a implementação da Década Internacional de Afrodescendentes, 2015-2024, proclamada pelas Nações Unidas - ONU (United Nations - UN) e que tem dentre seus objetivos a promoção do respeito, proteção e cumprimento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais dessa população.

Notas técnicas

Nessas notas técnicas constam tópicos de natureza metodológica que complementam a publicação: detalhamento sobre as fontes utilizadas na publicação; diferenças na captação da identificação étnico-racial em pesquisas domiciliares e registros administrativos; e precisão das estimativas das pesquisas amostrais.

Fontes de informações utilizadas

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua

Implantada pelo IBGE em 2012, a pesquisa visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para os resultados de mercado de trabalho e distribuição de rendimentos, foi considerado o consolidado de primeiras visitas entre 2012 e 2019 e o consolidado de quintas visitas em 2020 e 2021, em virtude do maior aproveitamento amostral ocorrido após o início da coleta telefônica por conta da pandemia do COVID-19.¹ Para os resultados dos indicadores de condições de moradia foi considerado o consolidado de primeiras visitas entre 2016 e 2019. Em 2020 e 2021 os resultados não foram divulgados, devido a necessidade de realização de estudos de avaliação dos dados, que foram impactados pela referida pandemia.

Após a realização de testes que mostraram elevados coeficientes de variação para as desagregações de indicadores, não foi possível apresentá-los para a população amarela e indígena. A baixa representatividade destes dois grupos populacionais no total da população e, no caso dos indígenas, a inexistência de terras indígenas na amostra da PNAD Contínua, são fatores que justificam este comportamento. O Censo Demográfico é a melhor fonte de informações domiciliares para retratar a população indígena e amarela, pois o quesito de identificação étnico-racial está alocado no questionário básico, cobrindo todo o Território Nacional. Com a rodada do Censo Demográfico 2022, estas informações estarão disponíveis para a construção destes e de outros indicadores.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID-19

.....
¹Mais informações, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Sobre os rendimentos de todas as fontes 2020*. Rio de Janeiro, 19 nov. 2021. 3 p. Nota técnica 05/2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: set. 2022.

A coleta da PNAD COVID-19, como investigação experimental, teve início em 04.05.2020, com entrevistas realizadas por telefone em, aproximadamente, 48 mil domicílios por semana, totalizando cerca de 193 mil domicílios por mês, em todo o Território Nacional. A amostra é fixa, ou seja, os domicílios entrevistados no primeiro mês de coleta de dados permanecerão na amostra nos meses subsequentes, até o fim da pesquisa.

As perguntas complementares sobre educação, aplicadas no último mês de coleta, permite apresentar um retrato sucinto das desigualdades de oferta e acesso ao ensino à distância no contexto da pandemia do novo coronavírus.

Pesquisa de Informações Básicas Municipais- MUNIC

Desde 1999, o IBGE levanta em todos os Municípios brasileiros² informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal (PERFIL..., 2015, p. 12). A MUNIC se define como uma pesquisa de estabelecimento, respondida pelas prefeituras brasileiras³.

Há informações relacionadas a cor ou raça em diversos blocos aplicados nas MUNIC (direitos humanos, educação, recursos humanos etc.). Aqui foram utilizados alguns dados da edição de 2019 da MUNIC, que contemplou a temática de direitos humanos.

Para dar conta do ambiente político, que pode ser mais ou menos favorável às pessoas de grupos de cor ou raça desfavorecidos, foi feito um esforço de unir informação coletada na MUNIC 2019 (direitos humanos), com estimativa de distribuição territorial disponível na PNAD Contínua 2019 (agregado de primeiras visitas). Tal exercício visou estimar a população preta, parda e preta ou parda residentes em Municípios:

.....

² Dois Distritos brasileiros são tratados na pesquisa como Municípios, por razões metodológicas: o Distrito Federal, onde tem sede o governo federal, sendo Brasília a Capital Federal; e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, arquipélago localizado no Estado de Pernambuco.

³ Para informações mais detalhadas sobre a pesquisa, consultar o endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=o-que-e>>. Sublinha-se que os microdados das pesquisas estão disponíveis para *download* em formato xls e ods no portal do IBGE.

- Com legislação municipal específica sobre promoção da igualdade racial e/ou de enfrentamento ao racismo;
- Com legislação municipal específica sobre combate à discriminação racial no âmbito da administração pública;
- Onde a gestão municipal desenvolve política ou programa para a promoção à igualdade racial e/ou enfrentamento ao racismo;
- Com conselho municipal de direitos de igualdade racial; e
- Com conselho municipal de direitos da igualdade racial que realizou reunião nos últimos 12 meses.

A MUNIC é uma pesquisa censitária que abrange os 5 570 Municípios do País, enquanto a PNAD Contínua é uma pesquisa amostral, representativa da população brasileira residente em domicílios particulares, com realização de entrevistas em mais de 3 mil Municípios. Tais características permitiram construir estimativas no nível das Unidades da Federação e por classes de tamanho da população dos Municípios.

Censo Agropecuário⁴

Investiga informações sobre os estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias neles desenvolvidas, abrangendo características do produtor e do estabelecimento, economia e emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria. Tem como unidade de coleta toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, subordinada a uma única administração (produtor ou administrador), independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização, com o objetivo de produção para subsistência ou para venda.

A pesquisa fornece informações sobre o total de estabelecimentos agropecuários; área total desses estabelecimentos; características do produtor; características do estabelecimento (uso de energia elétrica; práticas agrícolas; uso de adubação; uso de agrotóxicos; uso de agricultura orgânica; utilização das terras;

.....
⁴ O conteúdo destas notas foi extraído da página do Censo Agropecuário, no portal do IBGE, na Internet, onde também podem ser consultados os metadados da referida pesquisa e informações metodológicas mais detalhadas, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>

existência de recursos hídricos; existência de depósitos e silos; existência de tratores, máquinas e implementos agrícolas, veículos, entre outros aspectos); pessoal ocupado; movimentação financeira; pecuária (efetivos e produção animal); aquicultura e produção vegetal (silvicultura, extração vegetal, floricultura, horticultura, lavouras permanentes, lavouras temporárias e agroindústria rural).

Esta publicação utilizou as informações referentes ao número e à distribuição de estabelecimentos agropecuários, desagregados pela área total dos estabelecimentos e a condição do produtor em relação às terras.

Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM

Foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Em 2009, o Exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior. Desde 2020, o participante pode escolher entre fazer o exame impresso ou o ENEM Digital, com provas aplicadas em computadores, em locais de prova definidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação.

As notas do ENEM podem ser usadas para acesso ao Sistema de Seleção Unificada - SISU e ao Programa Universidade Para Todos - PROUNI. Além disso, os participantes do ENEM podem pleitear financiamento estudantil em programas do governo, como o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES. Os resultados do ENEM possibilitam, ainda, o desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais.

Qualquer pessoa que já concluiu o ensino médio ou está concluindo a etapa pode fazer o ENEM para acesso à educação superior. Os participantes que ainda não concluíram o ensino médio podem participar como “treineiros” e seus resultados no Exame servem somente para autoavaliação de conhecimentos.

Os participantes fazem provas de quatro áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Matemática e suas Tecnologias, que ao todo somam 180 questões objetivas.

Para esta publicação foram utilizadas as características de cor ou raça dos inscritos e participantes das provas de Matemática e suas Tecnologias entre os anos de 2010 e 2021.

Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

O SIM, gerido nacionalmente pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, foi criado pelo Departamento de Informática do SUS - DATASUS para a obtenção regular de dados sobre mortalidade no país. Os registros do SIM foram utilizados neste informativo para a construção do indicador taxa de homicídios e distribuição proporcional de homicídios, com suas desagregações.

Projeções da População

As Projeções da População do Brasil e das Unidades da Federação são elaboradas com base nas informações sobre as componentes da dinâmica demográfica oriundas dos Censos Demográficos, das pesquisas domiciliares por amostragem e dos registros administrativos de nascimentos e óbitos investigados pelo IBGE. Para esta edição do informativo foi utilizada a revisão das projeções para o ano de 2018.

Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE

Conduzida pelo IBGE desde 2009, com periodicidade eventual, investiga informações que permitem conhecer e dimensionar os fatores de risco e proteção à saúde dos adolescentes. A pesquisa é realizada por amostragem, utilizando como referência para seleção o cadastro das escolas públicas e privadas do INEP. Neste informativo, foram analisados resultados do ano de 2015 e 2019, considerada a Amostra 1, constituída por escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental.

Pesquisa Nacional de Saúde - PNS⁵

.....
⁵ O conteúdo destas notas foi extraído da página da PNS no portal do IBGE na Internet, onde também podem ser consultados os metadados da referida pesquisa e informações metodológicas mais detalhadas, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=30563&t=sobre>

A PNS, do IBGE, visou coletar informações sobre o desempenho do sistema nacional de saúde no que se refere ao acesso e uso dos serviços disponíveis e à continuidade dos cuidados, bem como sobre as condições de saúde da população, a vigilância de doenças crônicas não transmissíveis e os fatores de risco a elas associados.

As informações utilizadas neste informativo foram extraídas do módulo sobre acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social (PESQUISA..., 2021).

Pesquisa de Orçamentos Familiares- POF⁶

Avalia as estruturas de consumo, de gastos, de rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias, oferecendo um perfil das condições de vida da população a partir da análise dos orçamentos domésticos. Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, várias características dos domicílios e das famílias são também investigadas, incluindo a autoavaliação subjetiva sobre qualidade de vida. Os resultados da pesquisa possibilitam, ainda, estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, as disparidades regionais, as situações urbana e rural, a difusão e o volume das transferências entre as diferentes classes de renda, bem como a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços. A pesquisa tem como unidade de investigação o domicílio e é realizada por amostragem.

A POF 2017-2018 foi a sexta pesquisa realizada pelo IBGE sobre orçamentos familiares. As edições anteriores foram: o Estudo Nacional da Despesa Familiar- ENDEF 1974-1975, com âmbito Territorial Nacional, à exceção das áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste; a POF 1987-1988; a POF 1995-1996; a POF 2002-2003; e a POF 2008-2009. As POFs dos anos 1980 e 1990 foram concebidas para atender, prioritariamente, à atualização das estruturas de consumo dos Índices de Preços ao Consumidor - IPCs produzidos pelo IBGE, sendo realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no Município de Goiânia, e no Distrito Federal. Além da realização em todo o Território Nacional, as POFs dos anos 2000

.....
⁶ O conteúdo destas notas foi extraído da página da POF no portal do IBGE na Internet, onde também podem ser consultados os metadados da referida pesquisa e informações metodológicas mais detalhadas, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?t=o-que-e>>.

apresentam temas adicionais importantes em relação às anteriores em virtude da necessidade de informações detalhadas sobre as condições de vida a partir do consumo, especialmente das famílias de menor rendimento, razão pela qual incluiu-se no âmbito geográfico a área rural, e foram investigadas também as aquisições não monetárias.

Censo da Educação Superior⁷

O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP é o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as instituições de educação superior (IES) que ofertam cursos de graduação e sequências de formação específica, além de seus alunos e docentes. O levantamento utiliza as informações do Cadastro e-MEC, em que são mantidos os registros de todas as IES, seus cursos e locais de oferta. A partir desses registros, o Censo coleta informações sobre a infraestrutura das IES, vagas oferecidas, candidatos, matrículas, ingressantes, concluintes e docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

Para esta publicação foram utilizados indicadores de matrícula em cursos presenciais e à distância, desagregados pelos programas básicos e o número de docentes em exercício, com desagregação por rede de ensino (pública ou privada) e por Grandes Regiões entre os anos de 2010 e 2020.

Estatísticas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral - TSE

O TSE publica regularmente estatísticas relacionadas aos resultados das eleições. Para o estudo de candidatos(as) a vereador(a) em 2016 e 2020, foram feitas consultas no sistema de Estatísticas Eleitorais (2022), além de tabulações a partir dos microdados disponíveis no Portal de Dados Abertos do TSE (BRASIL, 2022).

Foram tabuladas informações relacionadas às receitas para as candidaturas para prefeituras e Câmaras de Vereadores em 2020 (total de candidaturas e eleitos), segmentadas por sexo, classes de tamanho dos Municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

.....
⁷ O conteúdo destas notas foi extraído da página da Censo da Educação Superior, no portal do INEP, na Internet <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>>.

O TSE tem também informações do eleitorado que incluem recortes por cor ou raça. Tais dados não foram incorporados na presente publicação por preocupações relacionadas à atualização dos dados e não resposta.

Captação da identificação étnico-racial em registros administrativos e pesquisas domiciliares

Esta publicação conta com riqueza de informações estatísticas para montar um quadro de análise sobre as desigualdades sociais na população brasileira, observada a partir do olhar das desigualdades étnico-raciais. A utilização conjunta de pesquisas domiciliares e registros administrativos, por sua vez, traz a necessidade de pontuar diferenças na forma da captação destas informações.

Seguindo recomendações internacionais, como a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (International Labour Organization- ILO) (1989) e as recomendações da Organização das Nações Unidas- ONU (United Nations- UN) para a realização dos Censos Demográficos, as pesquisas domiciliares do IBGE usam o critério de autoclassificação para resposta aos quesitos de investigação étnico-raciais, ou seja, a percepção do informante prevalece sobre a do entrevistador. Nesse caso, a resposta revela aspectos subjetivos, relacionado à cultura, história de vida, família, etc. Ainda assim, pode ser identificada a heteroclassificação, quando o informante responde por outros moradores que não estejam no domicílio, menores ou incapazes (ATHIAS, 2018).

Para os registros administrativos, no geral, o fluxo das informações segue caminho distinto, pois costuma partir de cadastros, muitas vezes preenchidos por empresas ou terceiros, onde a classificação da cor ou raça do indivíduo não é feita pelo próprio (heteroclassificação). Nesse caso, pode haver distorções, como, por exemplo, uma pessoa que se autoclassificaria como de cor branca ser classificada como preta ou vice-versa. Da mesma forma, estudos indicam que a heteroclassificação adotada nos registros administrativos tendem a “branquear” a população quando

comparada com a autoclassificação (PETRUCCELLI, 2013). Ainda que conte com algumas restrições é importante ressaltar que os indicadores produzidos com base nos registros administrativos indicam o mesmo comportamento observado pelos indicadores das pesquisas domiciliares o que os coloca como uma importante fonte de informação para os estudos sobre desigualdade social e condições de vida.

No que se refere às perguntas sobre identificação étnico-racial, as pesquisas domiciliares do IBGE adotam quesitos semelhantes: a PeNSE faz a seguinte pergunta: “Qual é a sua cor ou raça?”, o que está ligado ao fato de o próprio informante manusear o questionário para dar as respostas. Nas demais pesquisas há apenas a identificação do quesito (cor ou raça).

Com exceção da POF, que possui o item adicional “não sabe”, todas as pesquisas domiciliares do IBGE possuem as mesmas categorias, que seguem a mesma ordem:

1. Branca
2. Preta
3. Parda
4. Amarela
5. Indígena

A captação das informações nos registros utilizados nesta publicação seguem o mesmo formato de respostas das pesquisas domiciliares do IBGE. Em alguns casos, itens adicionais são adotados como forma de contemplarem declarações não informadas (INEP e TSE) e não divulgáveis (TSE).

Precisão das estimativas provenientes de pesquisas por amostragem

O IBGE realiza um conjunto numeroso de pesquisas por amostragem probabilística, tanto na área sociodemográfica, investigando unidades domiciliares e seus moradores, como na área econômica, cujas unidades de investigação são as empresas da Indústria, da Construção, do Comércio e de Serviços.

As conclusões de uma pesquisa por amostragem devem ser apoiadas nas estimativas produzidas, que por sua vez são calculadas considerando os pesos amostrais, associados às unidades da amostra, de acordo com o plano amostral definido e com os estimadores usados. Essas estimativas têm uma variabilidade que é inerente ao processo de amostragem. Assim, a avaliação dos chamados erros amostrais é um ponto fundamental, pois dela decorre o grau de confiança nas conclusões analíticas que subsidiam a tomada de decisão. Para cada estimativa derivada de uma pesquisa amostral é possível obter uma medida de precisão que auxilia na análise e interpretação dos dados.

Os erros amostrais podem ser avaliados através das estimativas dos coeficientes de variação ou dos erros padrão calculados a partir das estimativas das variâncias, que são calculadas levando em consideração o esquema de amostragem utilizado em cada pesquisa em particular.

Todas as pesquisas por amostragem realizadas pelo IBGE passam por um processo de avaliação da precisão de suas estimativas. Isto significa que são calculadas estimativas das variâncias, erros padrão ou coeficientes de variação, associadas às estimativas do plano tabular de divulgação dos resultados, sendo que, em algumas pesquisas, esse cálculo é feito para todas as estimativas do plano de divulgação.

No caso deste estudo de indicadores sobre desigualdades sociais por cor ou raça, foi estimado o coeficiente de variação associado a cada uma das estimativas calculadas cuja fonte de dados foram as pesquisas amostrais: PNAD Contínua, POF e PeNSE. Os valores dos coeficientes serviram de subsídio para a definição dos

recortes geográficos e sociodemográficos com suficiente grau de confiabilidade estatística e estão descritos em tabelas presentes no plano tabular publicado na Internet. Como regra, buscou-se evitar produzir tabelas com número expressivo de coeficientes de variação relacionados às estimativas acima de 30%.

Referências

ATHIAS, L. Identificação étnico-racial no Brasil: entre classificação e identificação. In: SIMÕES, A.; ATHIAS, L.; BOTELHO, L. (org). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais*: grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p.168-215. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/20438-panorama-nacional-e-internacional-da-producao-dos-indicadores-sociais.html?edicao=20935&t=publicacoes>. Acesso em set. 2022.

ATLAS da violência 2021. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, 2021. 108 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: set. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Portal de dados abertos do TSE*. Brasília, DF, [2022]. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: set. 2022.

CARRAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder*: as engrenagens do sistema político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 328 p.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, v. 31, n. 1, p. 195-233, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>. Acesso em set. 2022.

CENSO da educação superior 2020. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, [2022]. Tabulações especiais. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: set. 2022.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001, Durban. *Declaração e programa de ação*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2001. 101 p. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf. Acesso em: set. 2022.

DESIGUALDADES sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 41). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?edicao=25845&t=publicacoes>. Acesso em: set. 2022.

ESTATÍSTICAS eleitorais *In*: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Portal de dados abertos do TSE*. Brasília, DF, [2022]. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/home?session=7281167805456/>. Acesso em: set. 2022.

HASENBALG, C. A. Transição da escola ao mercado de trabalho. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 147-172.

IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Sobre os rendimentos de todas as fontes 2020*. Rio de Janeiro, 19 nov. 2021. 3 p. Nota técnica 05/2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: set. 2022.

INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 17., 2003, Geneva. *Guidelines concerning a statistical definition of informal employment*. Geneva: International Labour Office - ILO, 2003. [4] p. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_087622.pdf. Acesso em: set. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio. 2015. 49 p. Adotada pela Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

Acesso em: set 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção n. 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais*. Brasília, DF, [1989]. Disponível em:

<https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%20C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: set. 2022.

RELATÓRIO mundial sobre violência e saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde - OMS, 2002. 351 p. Disponível em: <https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf>. Acesso em: set. 2022.

PERFIL dos estados e dos municípios brasileiros: cultura 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 102 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais; Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/19879-suplementos-munic2.html?edicao=17010&t=publicacoes>. Acesso em: set. 2022.

PERFIL do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, Escritório no Brasil, 2012. 412 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_234424.pdf. Acesso em: set. 2022.

PESQUISA Nacional de Saúde 2019: acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 101 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=30563&t=publicacoes>. Acesso em: set. 2022.

PETRUCELLI, J. L. Autoidentificação, identidade étnico-racial e heteroclassificação. *In*: PETRUCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (org.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 31- 50. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: set. 2022.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: set. 2022.

SENKEVICS, A. S. De brancos para negros? uma análise longitudinal da reclassificação racial no Enem 2010-2016. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP, v. 65, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2022.65.3.268>. Acesso em: set. 2022.

SINOPSE estatística do ENEM 2010/2021. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>. Acesso em: set. 2022.

SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 128 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 44). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=25875&t=publicacoes>. Acesso em: set. 2022.

SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 203 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 44). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=32373&t=publicacoes>. Acesso em: set. 2022.

SOUZA, P. F. de; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Desigualdade de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, v. 25, n. 73, p. 77-100, jun. 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: set. 2022.

SPECK, B. W. O dinheiro e a política no Brasil. *Le monde diplomatique Brasil*, São Paulo: Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, ed. 34, maio 2010. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-dinheiro-e-a-politica-no-brasil/>. Acesso em: set. 2022.

Glossário

atividades escolares Atividades pedagógicas disponibilizadas pelas escolas para realização em casa, incluindo aulas *online*, deveres, estudo dirigido, entre outras.

candidatura Apresentação do candidato ao sufrágio dos eleitores. No caso do presente estudo, consideram-se os cargos de deputado federal, deputado estadual ou distrital, e vereador.

cargos gerenciais (ou de direção) Grupo da Classificação Brasileira de Ocupações-Domiciliar - CBO-Domiciliar que inclui as ocupações classificadas no Grupo 1: membros superiores e dirigentes do poder público, dirigentes de empresas e organizações de interesse público e de empresas e gerentes.

classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento Classificação da população em ordem crescente do rendimento de interesse (rendimento domiciliar *per capita*, rendimento efetivo ou habitual do trabalho, entre outros). Como exemplo, tem-se a divisão em 15 classes ou grupos percentuais previamente definidos, tais como: até 5%, de 5% até 10% e mais de 90% até 95%, cada um dos quais contendo 5% da população; até 10%, mais de 10% até 20%, mais de 20% até 30%, mais de 30% até 40%, mais de 40% até 50%, mais de 50% até 60%, mais de 60% até 70%, mais de 70% até 80%, mais de 80% até 90%, mais de 90% até 100%, contendo, cada, 10% da população; mais de 95% até 99%, contendo 4% da população; e mais de 99% até 100%, contendo 1% da população. Assim, o primeiro quinto possui os 20% de unidades com os menores rendimentos, enquanto o último quinto possui os 20% de unidades com os maiores rendimentos. Um outro exemplo é a divisão em décimos, na qual se obtêm 10 grupos, cada um dos quais com 10% das unidades desejadas. Nesse caso, o primeiro décimo possui os 10% de unidades com os menores rendimentos, enquanto o último décimo possui os 10% de unidades com os maiores rendimentos.

classes de rendimento *Ver* classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento

cômodo Compartimento do domicílio particular permanente coberto por um teto e limitado por paredes, inclusive banheiro e cozinha de uso exclusivo dos moradores do domicílio.

condição do produtor em relação às terras Condição que se deriva em função da área e da composição das terras do estabelecimento agropecuário, na data de referência da pesquisa, classificada em:

proprietário de terras próprias; assentado sem titulação definitiva; arrendatário; parceiro; comodatário; e ocupante. A presença de terras próprias implica na condição proprietário, mesmo que não seja a parcela dominante.

cor ou raça Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda ou indígena.

docentes em exercício Número de vínculos de docentes a instituições de educação superior, podendo um docente estar em duas ou mais categorias diferentes, excetuando-se, no caso do presente estudo, aqueles que atuam exclusivamente na pós-graduação *lato sensu*.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

domicílio próprio Domicílio particular permanente de propriedade, total ou parcial, de um dos moradores, independentemente da existência de documentação da propriedade. Abrange também os domicílios de propriedade de um dos moradores que ainda se encontram em financiamento.

eleição majoritária *Ver* sistema eleitoral majoritário

eleição proporcional *Ver* sistema eleitoral proporcional

eleição suplementar Renovação das eleições apenas em algumas seções eleitorais. A eleição suplementar ocorre nos casos em que a Junta Apuradora verificar que os votos das seções anuladas e daquelas cujos eleitores foram impedidos de votar poderão alterar a representação de qualquer partido ou classificação de candidato eleito pelo princípio majoritário.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta serviço

militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

envolvimento em briga com arma branca Condição declarada pelo escolar sobre o envolvimento em briga em que alguma pessoa usou arma, como faca, canivete, peixeira, pedra, pedaço de pau ou garrafa, ou outro objeto para ataque ou defesa no contexto desse envolvimento nos 30 dias anteriores à data da pesquisa.

envolvimento em briga com arma de fogo Condição declarada pelo escolar sobre o envolvimento em briga em que alguma pessoa usou arma de fogo, como revólver, pistola, espingarda, ou outro tipo de instrumento que envolve o disparo de projétil no contexto desse envolvimento nos 30 dias anteriores à data da pesquisa.

escola em área de risco Escola que informa que a localidade onde está situada foi considerada em área de risco, em termos de violência (roubos, furtos, assaltos, consumo de drogas, homicídios etc.), nos 12 meses anteriores à data da pesquisa.

estabelecimento agropecuário Toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção), seja para subsistência (sustento do produtor ou de sua família). As áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor são consideradas como um único estabelecimento, desde que situadas no mesmo Município, utilizando os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho etc.) e os mesmos recursos humanos (mesmo pessoal), e, também, subordinadas a uma única administração: a do produtor ou a do administrador.

estabelecimento agropecuário dirigido pelo produtor Estabelecimento agropecuário no qual a direção dos trabalhos está sob a responsabilidade de, pelo menos, um dos produtores do estabelecimento.

falta à aula por insegurança na escola Condição declarada pelo escolar que não compareceu à escola, por motivo de insegurança na escola, pelo menos um dia, nos 30 dias anteriores à data da pesquisa.

falta à aula por insegurança no trajeto casa-escola-casa Condição declarada pelo escolar que não compareceu à escola, por motivo de insegurança no trajeto casa-escola-casa, pelo menos um dia, nos 30 dias anteriores à data da pesquisa.

força de trabalho Conjunto das pessoas de 14 anos ou mais de idade que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência.

força de trabalho ampliada Soma das pessoas que compõem a força de trabalho com a parcela das pessoas que se encontram na força de trabalho potencial.

força de trabalho potencial Conjunto das pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam potencial de se transformar em força de trabalho. Esse contingente é formado por dois grupos: pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; e pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

frequência à escola ou creche Frequência a creche ou instituição de ensino em curso de pré-escola; alfabetização de jovens e adultos (AJA); ensino regular fundamental ou ensino médio, inclusive de educação especial; ensino médio normal; curso técnico de nível médio na modalidade integrada; curso de educação de jovens e adultos do ensino fundamental ou ensino médio (EJA); superior de graduação; especialização de nível superior; mestrado; ou doutorado. Considera-se, também, como frequentando escola a pessoa que estava temporariamente impedida de comparecer às aulas por motivo de doença, greve, más condições do tempo ou outra razão. Além de curso presencial, considera-se que frequentava escola a pessoa que cursava qualquer nível de ensino (fundamental, médio ou superior) na modalidade de educação a distância (EAD), ministrado por estabelecimento de ensino credenciado pelo Ministério da Educação para esse tipo de ensino.

inscrito no ENEM Estudante egresso, evadido ou cursando o ensino médio que se inscreve no processo de avaliação do conhecimento proposto pelo Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM.

linha de pobreza Recorte na distribuição de consumo ou rendimentos que separa as unidades de análise (pessoas, famílias, domicílios) em pobres e não pobres. Existem diversas metodologias para gerar linhas de pobreza; as mais comuns são as linhas absolutas (com valores numéricos específicos), as relativas (uma proporção da média ou

mediana dos rendimentos, por exemplo), e as subjetivas (baseadas na percepção das pessoas).

ocupação formal Condição compreendida pelos empregados com carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos estatutários, militares, trabalhadores por conta própria, e empregadores que contribuem para a previdência social.

ocupação informal Condição compreendida pelo conjunto de ocupações relacionadas a empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social, empregadores que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares auxiliares.

participante do ENEM Pessoa inscrita que comparece para a realização da prova de avaliação do conhecimento proposto pelo Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM.

parlamentar eleito *Ver em* sistema eleitoral proporcional

pessoa alfabetizada Pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

pobreza Condição de pessoas, famílias ou domicílios em situação de vulnerabilidade por não terem acesso a rendimentos, consumo ou a uma cesta de bens e serviços considerados essenciais para o sustento. A pobreza é um fenômeno multidimensional e pode ser medida com uma abordagem que dá conta de diversas dimensões de restrição de acesso. Ao mesmo tempo, a abordagem mais recorrente utiliza valores monetários, isto é, rendimentos ou consumo (pobreza monetária).

pobreza monetária Condição de pessoas, famílias ou domicílios que se encontram abaixo de uma linha de pobreza baseada em rendimentos ou consumo. A linha ou as linhas utilizadas podem ser únicas no País ou variar regionalmente, além de serem construídas segundo diversas metodologias. *Ver também* linha de pobreza.

população desocupada Pessoas de 14 anos ou mais de idade sem trabalho em ocupação na semana de referência que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

população na força de trabalho Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas ou desocupadas na semana de referência.

população ocupada Pessoas de 14 anos ou mais de idade que, na semana de referência, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas Pessoas que, na semana de referência, atendiam a quatro condições: tinham 14 anos ou mais de idade; trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos; gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, trabalhador por conta própria, empregador, ou trabalhador auxiliar familiar.

produtor Pessoa física, independentemente de seu sexo, ou pessoa jurídica responsável pelas decisões sobre a utilização dos recursos e que exerce o controle administrativo das operações que envolvem a exploração do estabelecimento agropecuário. O produtor tem a responsabilidade econômica ou técnica da exploração e pode exercer todas as funções direta ou indiretamente, por meio de um administrador (no caso do produtor ser uma pessoa jurídica). Não se deve confundir o produtor com o proprietário das terras.

quociente eleitoral Resultado da divisão entre o número de votos válidos dados aos candidatos e partidos pelo número de vagas em disputa na eleição. O quociente eleitoral serve para definir os partidos que têm direito a ocupar as vagas nas eleições proporcionais, ou seja, eleições para os cargos de deputado federal, deputado estadual ou distrital, e vereador.

quociente partidário (*Glossário Eleitoral*) Resultado da divisão entre o número de votos válidos dado ao partido ou coligação (eleições anteriores a 2020) pelo quociente eleitoral. O quociente partidário

serve para definir o número inicial de vagas que caberá a cada partido ou coligação (eleições anteriores a 2020) que tenha alcançado o quociente eleitoral.

receita das candidaturas Doações declaradas pelos candidatos à Justiça Eleitoral, excetuadas aquelas realizadas pelo próprio candidato. Em consulta à base do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, havendo receitas provenientes de recursos de financiamento coletivo ou de outros candidatos, será necessário identificar se, no campo “NM_DOADOR_ORIGINARIO”, consta o nome do próprio candidato. Em caso positivo, esse valor deve ser descontado.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

rendimento do trabalho principal Rendimento do único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotam-se os seguintes critérios para definir o trabalho principal desse período: o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Esse mesmo critério é adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona maior rendimento.

rendimento efetivo Rendimento bruto ou retirada bruta que a pessoa recebeu, de fato, no mês de referência, como pagamento dos trabalhos que tinha na semana de referência. O rendimento efetivo difere do habitual pois considera parcelas que não têm caráter contínuo (13º salário, 14º salário, férias, comissões, horas extras, bonificações, participação nos lucros etc.) e descontos ocasionais (falta, adiantamento de parcela do 13º salário etc.). A partir do 4º trimestre de 2015, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, mudou a captação do rendimento efetivo ao introduzir dois quesitos recordatórios.

rendimento habitual Rendimento bruto ou retirada bruta que a pessoa normalmente recebe como pagamento dos trabalhos que tinha na semana de referência. No rendimento habitual, não são considerados parcelas ou descontos esporádicos. No caso de remuneração variável, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganhava, em média, no mês em que se inseria a semana de referência. *Ver também* rendimento efetivo.

rendimento mensal de outras fontes Rendimento mensal que compreende: a) o rendimento mensal, no mês de referência, normalmente recebido de jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL) ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos animais etc.; doação ou mesada proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar; programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, entre outros); e b) o rendimento médio mensal, no mês de referência, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, captura os rendimentos de outras fontes efetivamente recebidos no mês atual.

rendimento mensal de todas as fontes Soma do rendimento habitual do trabalho com o rendimento de outras fontes efetivamente recebido no mês.

rendimento mensal de trabalho Rendimento bruto (para o assalariado) ou retirada bruta mensal (para o empregador ou trabalhador por conta própria) habitualmente ou efetivamente recebidos em dinheiro, ou em produtos e mercadorias, como pagamento pelo trabalho de um mês completo em todos os trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência. Para os moradores classificados como assalariados, é captado o pagamento bruto recebido pelo empregado, militar ou trabalhador doméstico pelo trabalho de um mês completo, sem excluir

o salário-família nem os descontos correspondentes à previdência social (regimes públicos ou privados), imposto de renda, faltas, empréstimos em consignação etc. Para a pessoa que explorava um empreendimento como trabalhador por conta própria ou empregador, é considerada a retirada mensal, a qual corresponde ao rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, coleta o rendimento normalmente recebido e o efetivamente recebido. *Ver também* rendimento efetivo.

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal domiciliar *per capita* Relação entre o rendimento mensal domiciliar e o número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento nominal Rendimento reportado tal como é coletado, isto é, sem sofrer deflacionamento.

rendimento real Rendimento atualizado pela inflação para permitir uma comparação mais fidedigna no tempo. O rendimento real difere do rendimento nominal. Para efeito do presente estudo, todos os rendimentos oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada pelo IBGE, foram deflacionados para reais médios de 2021 por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, também calculado pelo IBGE.

sistema eleitoral majoritário Aquele no qual se considera eleito o candidato que receber a maioria absoluta dos votos válidos (descontados os nulos e os em branco) para a eleição do presidente da República, dos governadores dos Estados e do Distrito Federal e dos prefeitos dos Municípios com mais de 200 000 eleitores. Caso nenhum candidato alcance a maioria absoluta dos votos na primeira votação, realiza-se um segundo turno entre os dois mais votados no primeiro. Para a eleição dos senadores da República e dos prefeitos dos Municípios com menos de 200 000 eleitores, exige-se apenas a maioria relativa dos votos, não havendo possibilidade de segundo turno.

sistema eleitoral proporcional Aquele utilizado para a composição do Poder Legislativo, com exceção do Senado Federal. Assim, as vagas

nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas dos Estados, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras dos Deputados são distribuídas em proporção aos votos obtidos pelos partidos ou coligações partidárias. A partir dos votos apurados para determinada legenda, as vagas nas casas legislativas são preenchidas pelos candidatos mais votados da lista do partido ou coligação, até o limite das vagas obtidas, segundo o cálculo do quociente partidário e distribuição das sobras.

taxa ajustada de frequência escolar líquida Proporção de pessoas que frequentam o nível de ensino adequado à sua faixa etária, ou que já haviam concluído esse nível, de acordo com a organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

taxa composta da subutilização da força de trabalho Percentagem das pessoas subocupadas por insuficiência de horas somadas às pessoas desocupadas e à força de trabalho potencial, em relação à força de trabalho ampliada.

taxa de analfabetismo Percentagem das pessoas analfabetas de um determinado grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

taxa de desocupação Percentagem das pessoas desocupadas em relação à força de trabalho.

taxa de frequência escolar bruta Percentagem das pessoas de um determinado grupo etário que frequenta escola em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

taxa de ingresso no ensino superior Percentagem das pessoas com qualificação mínima requerida para ingressar no ensino superior, isto é, que concluiu ao menos o ensino médio e que, de fato, ingressou no ensino superior, independentemente de ter concluído ou não esse nível.

taxa de homicídios Relação entre o número total de homicídios registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, em um determinado ano, e a população do País no mesmo ano, multiplicado por 100 mil habitantes. São contabilizados como homicídios os casos que constam na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID-10 (International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems - ICD-10) nos códigos X85 a Y09 e Y35 a Y36, correspondentes a óbitos causados por agressão e intervenção legal. Para o cálculo da taxa, o denominador utilizado

corresponde ao total da população obtido pela Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade, para o período 2010-2060, Revisão 2018, elaboradas pelo IBGE. Para o cálculo da taxa por cor ou raça, o denominador utilizado corresponde ao total estimado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, também realizada pelo IBGE, consolidado de primeiras entrevistas.

taxa de participação na força de trabalho Percentagem das pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar.

taxa de sucesso eleitoral Resultado da divisão entre o número de pessoas eleitas, em um determinado recorte, e o número de candidatos.

trabalhador familiar auxiliar Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era trabalhador por conta própria, empregador ou empregado.

trabalhador por conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

trabalho Exercício de: a) trabalho em ocupação - trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens e serviços; ou trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, realizado em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, que recebe em conjunto a remuneração pelo trabalho; b) trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo das pessoas moradoras do domicílio ou de parentes que residem em outro domicílio; c) trabalho voluntário; d) trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas; ou e) trabalho nos afazeres domésticos.

trabalho principal Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas,

considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona o maior rendimento.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Cristiane dos Santos Moutinho

Gerência de Indicadores Sociais

João Hallak Neto

Andre Simões

Betina Fresneda

Bruno Mandelli Perez

Clician do Couto Oliveira

Denise Guichard Freire

Gustavo Junger

Leonardo Queiroz Athias

Sofia Monti

Gerência de Estatística e Tecnologia

Paulo César Dick

Isabel Luzia Nori Santos

José Eduardo de Oliveira Trindade

Colaboradores

Diretoria de Pesquisas

Coordenação Técnica do Censo Demográfico

Marta de Oliveira Antunes

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia e Meio Ambiente

Assistente da Coordenação de Geografia

Daiane de Paula Ciriáco

Coordenação de Estruturas Territoriais

Gerência de Territórios Tradicionais

Fernando Souza Damasco

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Marisa Sigolo

Gerência de Editoração

Estruturação textual do Informativo

Fernanda Jardim

Leonardo Ferreira Martins

Projeto gráfico do Informativo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Sistematização de Conteúdos Informacionais

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva

Ingrid Pinheiro Oliveira da Silva Werneck

Leusimar Lourenço de Abreu Santos

Lioara Mandoju

Nádia Bernuci dos Santos

**Padronização de glossários e elaboração de resumos
indicativos**

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento do Informativo

Ednalva Maia do Monte

Newton Malta de Souza Marques